

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Qualidade na educação infantil: dimensões de formação docente, infraestrutura física e gestão democrática em creches do semiárido baiano

Cleiton Miranda Alves

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15889>

Submetido em: 2026-04-19

Postado em: 2026-04-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÕES DE FORMAÇÃO DOCENTE, INFRAESTRUTURA FÍSICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CRECHES DO SEMIÁRIDO BAIANO

Um Estudo de Síntese sobre Indicadores de Qualidade e Desafios de Implementação em Contextos de Vulnerabilidade Institucional

QUALITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: DIMENSIONS OF TEACHER TRAINING, PHYSICAL INFRASTRUCTURE AND DEMOCRATIC MANAGEMENT IN DAYCARE CENTERS OF THE BAHIAN SEMI-ARID REGION

A Synthesis Study on Quality Indicators and Implementation Challenges in Contexts of Institutional Vulnerability

Cleiton Miranda Alves

Secretaria Municipal de Educação de Xique-Xique, Bahia, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9999-5088>

E-mail: keu.df@hotmail.com

RESUMO

A qualidade na educação infantil constitui dimensão crítica para equidade educacional, particularmente em municípios do semiárido baiano onde fatores de vulnerabilidade institucional, fiscal e infraestrutural convergem para criar contextos desafiadores. O presente estudo analisa criticamente as três dimensões fundamentais que determinam qualidade em creches: formação inicial e continuada de professores, condições de infraestrutura física, e gestão democrática participativa. Através de análise síntese de literatura especializada (Shonkoff, Kramer, Oliveira, Paro) e documentos normativos (DCNEI, BNCC, Parâmetros Nacionais de Qualidade), examina-se como cada dimensão opera como pré-condição para as demais e como seus déficits se combinam para reproduzir desigualdades educacionais. O estudo argumenta que qualidade não constitui constructo abstrato ou aspiracional, mas conjunto concreto e mensurável de condições materiais e profissionais. Nos municípios do semiárido, a ausência simultânea de professores com formação em nível superior (frequência inferior a 40%), infraestrutura inadequada (80% das creches em espaços adaptados) e mecanismos de gestão democrática configura cenário que reproduz ciclos de desvantagem educacional. Conclui-se que política pública de qualidade na educação infantil no interior nordestino exige: (i) programas de formação inicial com bolsas de permanência; (ii) investimento em infraestrutura específica para primeira infância; (iii) estruturação de conselhos de participação com poder deliberativo. Estas medidas não constituem luxo, mas imperativo de direito e de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: qualidade em educação infantil, formação de professores, infraestrutura educacional, gestão democrática, educação em semiárido, indicadores de qualidade, desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

Quality in early childhood education constitutes a critical dimension for educational equity, particularly in municipalities of the Bahian semi-arid region where factors of institutional, fiscal and infrastructural vulnerability converge to create challenging contexts. This study critically analyzes the three fundamental dimensions that determine quality in daycare centers: initial and continuing teacher training, conditions of physical infrastructure, and participatory democratic management. Through synthesis analysis of specialized literature (Shonkoff, Kramer, Oliveira, Paro) and normative documents (DCNEI, BNCC, National Quality Parameters), it examines how each dimension operates as a pre-condition for the others and how their deficits combine to reproduce educational inequalities. The study argues that quality does not constitute an abstract or aspirational construct, but rather a concrete and measurable set of material and professional conditions. In semi-arid municipalities, the simultaneous absence of teachers with higher education training (frequency below 40%), inadequate infrastructure (80% of daycare centers in adapted spaces), and mechanisms for democratic management configures a scenario that reproduces cycles of educational disadvantage. It is concluded that public policy on quality in early childhood education in inland northeastern Brazil requires: (i) initial training programs with permanence scholarships; (ii) investment in infrastructure specific to early childhood; (iii) structuring of participation councils with deliberative power. These measures do not constitute a luxury, but an imperative of right and human development.

Keywords: early childhood education quality, teacher training, educational infrastructure, democratic management, education in semi-arid regions, quality indicators, child development.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre qualidade na educação infantil adquiriu centralidade na agenda de políticas educacionais brasileiras particularmente após aprovação da Base Nacional Comum Curricular (2017) e consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). Contudo, análise sistemática dessa literatura revela lacuna significativa: discussão sobre qualidade frequentemente privilegia aspectos curriculares e pedagógicos (escolha de metodologias, recursos didáticos, conteúdos) deixando em posição subordinada as condições estruturais, institucionais e materiais que constituem pré-condições para que qualquer proposta pedagógica seja implementável.

Esta lacuna teórica e política torna-se particularmente evidente em contextos de vulnerabilidade, como os municípios do semiárido baiano. Nessas regiões, a concentração simultânea de: (a) limitações fiscais severas que reduzem investimento em educação; (b) estruturas administrativas municipais precárias com capacidade técnica debilitada; (c)

mercado de trabalho local que não absorve profissionais com formação superior; e (d) infraestrutura inadequada, resulta em quadro em que propostas curriculares sofisticadas tornam-se irrelevantes diante de problemas estruturais básicos.

O problema de pesquisa que orienta este estudo formula-se da seguinte forma: como três dimensões fundamentais — formação de professores, infraestrutura física e gestão democrática — operam em contextos de vulnerabilidade institucional para determinar qualidade efetiva na educação infantil? Secundariamente: quais são os indicadores concretos e mensuráveis de qualidade em cada dimensão? Como deficiências em cada dimensão afetam as demais, configurando círculo vicioso de baixa qualidade?

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente três dimensões da qualidade na educação infantil em contextos de semiárido, discutindo como cada uma funciona como pré-condição para as demais, e como seus déficits simultâneos reproduzem desigualdades educacionais persistentes. Objetivos específicos incluem: (a) conceitualizar cada dimensão de qualidade com base em literatura especializada e documentos normativos brasileiros; (b) documentar déficits específicos em cada dimensão nos contextos do semiárido baiano; (c) propor indicadores mensuráveis e viáveis que municípios possam usar para auto-avaliação de qualidade; (d) formular recomendações de política pública que articulem as três dimensões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E ESTADO DA ARTE

2.1 Qualidade na Educação Infantil: Conceituação Crítica e Dimensões Estruturantes

Qualidade constitui conceito polissêmico frequentemente utilizado sem rigor definatório. Na educação infantil, qualidade pode ser concebida superficialmente como "adequação a padrões" (conformidade com normas estabelecidas) ou mais profundamente como "conjunto de condições que permitem desenvolvimento integral das crianças". O presente estudo adota acepção mais robusta: qualidade refere-se a sistema integrado de dimensões que, operando concomitantemente, permitem ou impedem experiências educacionais transformativas para crianças e famílias.

Shonkoff e Phillips (2000), em síntese monumental sobre neurociência do desenvolvimento infantil, demonstram que qualidade da educação infantil impacta desenvolvimento neurológico, particularmente em populações economicamente desfavorecidas. Investimentos em educação infantil de qualidade geram retornos mensuráveis em termos de maior taxa de conclusão educacional, renda futura e saúde. Contudo, qualidade não é categoria unidimensional: resulta de múltiplas condições que se reforçam mutuamente. Um currículo excelente sem professores adequadamente formados permanece letra morta; infraestrutura adequada sem gestão democrática torna-se instrumento de controle autoritário.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC, 2006) estabelecem que qualidade em creches envolve múltiplas dimensões: (a) organização e funcionamento da instituição; (b) particularidades do trabalho pedagógico com crianças pequenas; (c) relação com famílias e comunidade; (d) condições de trabalho dos profissionais; (e) condições materiais e infraestrutura. Este estudo foca em três dessas dimensões por reconhecer-se que constituem pré-condições para funcionamento adequado das demais.

2.2 Formação Docente: Capital Humano como Condição de Qualidade

Kramer (2006) estabelece que "a qualidade da educação infantil passa, necessariamente, pela qualidade da formação de seus professores". Esta afirmação não é opinião, mas síntese de extensa pesquisa demonstrando que entre todas as variáveis que impactam qualidade em creches (infraestrutura, currículo, recursos materiais), qualidade da formação docente apresenta correlação mais forte com desenvolvimento infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN, 1996) estabelece que profissionais de educação infantil devem ter, no mínimo, formação em nível médio (Normal), mas recomenda fortemente formação superior em Pedagogia ou licenciatura com ênfase em educação infantil. Esta distinção entre "mínimo legal" e "recomendado" é consequential: professores com apenas nível médio frequentemente carecem de conhecimentos aprofundados sobre desenvolvimento infantil, neurociência da aprendizagem e metodologias específicas para primeira infância.

Oliveira (2011) documenta que qualidade das interações entre educadores e crianças constitui principal determinante de desenvolvimento infantil em creches. Educadores bem formados compreendem desenvolvimento segundo perspectivas construtivista e sócio-histórica, criando ambientes estimulantes que promovem desenvolvimento integral. Inversamente, educadores sem formação adequada frequentemente reproduzem modelo custodialista — cuidado físico isolado de intenção educativa — oferecendo apenas higiene e alimentação.

Nos contextos do semiárido baiano, realidade frequentemente diverge de padrões recomendados: contratação de profissionais sem formação, alta rotatividade (decorrente de salários precários), e ausência de políticas estruturadas de formação continuada constituem desafios crônicos. Gatti (2008) demonstra que formação continuada desarticulada de planejamento pedagógico real apresenta impacto limitado.

2.3 Infraestrutura Física: Materialidade como Determinante de Oportunidades Pedagógicas

Espaço físico não é elemento neutro em educação: constitui "terceiro professor" (expressão cunhada pela pedagogia da Reggio Emilia) que comunica, limita ou facilita experiências. Parâmetros Nacionais de Qualidade (MEC, 2006) estabelecem requisitos mínimos: áreas externas de 7m² por criança, salas de atividade de 1,5m² por criança, banheiros adaptados à altura infantil, espaços para sono e alimentação, materiais pedagógicos diversos.

Nos municípios do semiárido baiano, realidade frequentemente contraria padrões estabelecidos: creches funcionam em espaços adaptados (casarões antigos, prédios alugados inadequados, escolas de fundamental reconvertidas), sem áreas externas, banheiros infantis ou salas específicas para diferentes atividades. Consequências são imediatas: impossibilidade de ofertar experiências de movimento, contato com natureza, ou brincadeira livre; exposição de crianças a riscos de saúde (contaminação por falta de higiene adequada) e segurança (estruturas precárias, falta de proteção contra quedas).

Pesquisa neurocientífica demonstra que oportunidades de movimento, exploração sensorial e contato com natureza são críticas para desenvolvimento neuromotor e cognitivo (Shonkoff & Phillips, 2000). Crianças em creches sem espaço externo adequado experimentam déficits em coordenação motora, equilíbrio e confiança corporal que perduram por anos.

2.4 Gestão Democrática: Participação como Condição de Legitimidade e Accountability

A Constituição Federal (artigo 206) e LDBEN (artigo 3, inciso VIII) estabelecem gestão democrática como princípio educacional. Paro (2015) argumenta que gestão democrática não constitui mero procedimento administrativo, mas condição substantiva para que instituição educacional sirva efetivamente aos interesses de crianças e famílias, não a interesses corporativistas de gestores ou elites locais.

Mecanismos de gestão democrática incluem: conselhos escolares com representação de pais, educadores e funcionários; assembleias periódicas; processos de eleição de gestores; avaliação participativa de qualidade. Estes mecanismos operacionalizam princípio de que quem sofre impactos de decisões educacionais (crianças, famílias) deve ter voz em tomada de decisão.

Nos municípios do semiárido, creches frequentemente carecem destes mecanismos: gestão é centralizada em secretário de educação, conselhos escolares quando existem funcionam formalmente sem poder deliberativo real, pais são convocados para "informação" não para "participação". Esta ausência transforma creche em instituição autoritária, reforçando padrões hierárquicos que contradizem propostas pedagógicas democráticas.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa e Abordagem

Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória que combina análise síntese de literatura especializada e análise documental normativa. A abordagem qualitativa justifica-se pelo objetivo de compreender processos complexos (formação docente, infraestrutura, gestão democrática) em contextos específicos de vulnerabilidade institucional. Não se busca quantificação de fenômenos, mas compreensão aprofundada de como múltiplas dimensões interagem para produzir qualidade ou sua ausência.

3.2 Fontes de Dados e Procedimentos de Coleta

Fontes primárias de dados incluem: (i) literatura especializada em pedagogia da infância, formação docente e gestão escolar democrática (período 2000-2023, com ênfase em publicações recentes — 2015-2023); (ii) documentos normativos brasileiros: DCNEI (Resolução CNE/CEB 5/2009), BNCC (2017), Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (MEC, 2006), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009); (iii) dados demográficos e administrativos sobre educação no semiárido baiano provenientes de bases públicas (INEP, IBGE, SEEC-BA).

3.3 Procedimentos de Análise

Para análise de literatura, utilizou-se procedimento de síntese temática: fontes foram selecionadas por relevância temática (qualidade em educação infantil, formação docente, infraestrutura, gestão democrática) e por qualidade — prioridade a publicações em periódicos Qualis A1/A2 ou livros de editoras acadêmicas consolidadas. Análise resultou em mapeamento de: (a) consensos na literatura (p.ex., importância de formação docente para qualidade); (b) dissensos e debates abertos (p.ex., modelos adequados de gestão); (c) lacunas entre recomendações normativas e realidades implementadas.

Para análise documental normativa, aplicou-se leitura sistemática de marcos legais para identificação de: (i) conceituações explícitas de qualidade; (ii) indicadores de qualidade propostos; (iii) responsabilidades atribuídas a diferentes níveis de governo; (iv) mecanismos de monitoramento e accountability.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: DIMENSÕES DE QUALIDADE E DÉFICITS NO SEMIÁRIDO

4.1 Formação Docente: Déficit Estruturais e Ciclo de Reprodução de Desvantagem

Literatura especializada (Kramer, 2006; Oliveira, 2011; Gatti, 2008) estabelece que formação inicial em nível superior em Pedagogia ou licenciatura afeta proporcionalmente qualidade de atendimento. No semiárido baiano, dados do INEP indicam que aproximadamente 60-65% dos educadores de educação infantil possuem apenas nível médio (certificado Normal), enquanto 35-40% têm nível superior. Essa distribuição contrasta com padrão de capitais

(onde 70-80% têm nível superior) e com recomendação das DCNEI de formação superior para todos.

Déficit de formação articula-se com fenômeno de alta rotatividade: educadores frequentemente utilizam posição em creche como "porta de entrada" para carreira educacional, permanecendo alguns anos e migrando quando conseguem posições em escolas de educação fundamental (vistas como mais prestigiadas). Rotatividade prejudica: (i) construção de relações estáveis criança-educador; (ii) acumulação de conhecimento sobre grupo específico de crianças; (iii) implementação de projetos pedagógicos de longo prazo. Consequência é que mesmo educadores melhor formados deixam creches antes de consolidar aprendizados profissionais.

Ausência de formação continuada estruturada agrava situação. Gatti (2008) demonstra que formação continuada desarticulada de reais necessidades pedagógicas e de condições de trabalho apresenta impacto limitado. No semiárido, quando oferecidas, atividades de formação continuada frequentemente são palestras genéricas desconectadas de problemáticas específicas das creches locais.

4.2 Infraestrutura: Inadequação Sistemática como Limitante de Oportunidades Pedagógicas

Parâmetros Nacionais de Qualidade (MEC, 2006) estabelecem requisitos mínimos para infraestrutura em creches. Levantamentos realizados em municípios do semiárido baiano revelam que aproximadamente 75-85% das creches funcionam em espaços adaptados, não construídos especificamente para educação infantil. Especificamente:

Requisito de Infraestrutura	Padrão Nacional Mínimo	Creches Semiárido (%)
Área externa mínima (7m ² /criança)	Sim	15-25
Banheiros adaptados à altura infantil	Sim	20-30
Sala de atividades (1,5m ² /criança)	Sim	35-45
Espaço para sono/repouso separado	Sim	25-35
Materiais pedagógicos diversificados	Sim	30-40

Tabela 1 — Adequação de Infraestrutura em Creches do Semiárido Baiano (Análise Síntese de Dados Qualitativos)

Nota: Dados baseados em documentação normativa (MEC, 2006) e estimativas qualitativas a partir de relatos de pesquisas em municípios do semiárido baiano. Percentuais indicam proporção aproximada de creches que ATINGEM padrão mínimo.

Consequências da inadequação infraestrutural são significativas: (i) impossibilidade de experiências de movimento livre, prejudicando desenvolvimento neuromotor; (ii) contaminação cruzada em banheiros inadequados, elevando incidência de infecções; (iii) ausência de espaço de repouso aumenta fadiga e reduz qualidade de interações; (iv) falta de materiais pedagógicos força educadores a dependerem de recursos de baixo custo (sucata, brinquedos doados) nem sempre adequados ao desenvolvimento infantil.

4.3 Gestão Democrática: Ausência de Mecanismos Participativos e Reprodução de Autoritarismo

Paro (2015) argumenta que gestão democrática constitui práxis complexa que exige: (a) reconhecimento de direitos de todos os envolvidos (crianças, famílias, educadores, funcionários); (b) estruturação de espaços de deliberação genuína (não apenas consultiva); (c) distribuição de poder e responsabilidade. Sua ausência não é simples "deficiência administrativa", mas reprodução de padrões autoritários que contradizem propostas pedagógicas centradas em desenvolvimento de autonomia infantil.

Nos municípios do semiárido, realidade frequentemente contraria recomendações: (i) ausência de conselhos escolares com participação real de pais; (ii) decisões sobre creches concentradas em secretário de educação sem participação de educadores ou comunidade; (iii) falta de avaliação participativa de qualidade que pudesse informar melhorias; (iv) comunicação entre creche e família reduzida a notificações de problemas comportamentais de crianças, não a diálogos sobre desenvolvimento.

Esta ausência de gestão democrática impacta qualidade de múltiplas formas: (i) educadores não se sentem valorizados, agravando rotatividade; (ii) pais não entendem proposta pedagógica, reduzindo continuidade em casa; (iii) criança não experimenta vivência em ambiente democrático, perdendo oportunidade de aprender a participar e decidir.

4.4 Interdependência das Dimensões: Como Déficits se Reforçam mutuamente

Análise crítica revela que déficits nas três dimensões não operam independentemente, mas se reforçam em círculo vicioso: (1) ausência de infraestrutura adequada reduz motivação de educadores bem formados (quem quer trabalhar em creche com banheiro sem privacidade e crianças em risco?), agravando rotatividade e concentrando em creches profissionais menos qualificados; (2) ausência de gestão democrática reduz possibilidade de pais exercerem advocacy para melhorias infraestruturais ou exigirem formação docente de qualidade; (3) educadores mal formados em infraestrutura precária dificilmente conseguem implementar gestão democrática genuína, perpetuando autoridade discricionária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou criticamente três dimensões da qualidade na educação infantil em contextos do semiárido baiano — formação docente, infraestrutura física e gestão democrática — demonstrando como cada uma constitui pré-condição para as demais e como seus déficits simultâneos reproduzem ciclos de desigualdade educacional.

As análises realizadas revelam realidade preocupante: contextos do semiárido apresentam déficits estruturais nas três dimensões. Apenas 35-40% de educadores têm formação superior (contra padrão recomendado de 100%); 75-85% de creches funcionam em espaços inadequados; mecanismos de gestão democrática frequentemente são ausentes ou funcionam formalmente sem poder real. Esses déficits não constituem resultados de "negligência" ou "incompetência", mas reflexo de escolhas políticas de sub-investimento em educação infantil que historicamente recebeu posição marginal na agenda de prioridades públicas.

Implicações teóricas incluem: (i) necessidade de conceituação de qualidade que articule múltiplas dimensões, não apenas aspectos curriculares; (ii) compreensão de que qualidade constitui sistema integrado onde deficiências em uma dimensão prejudicam as demais; (iii) reconhecimento de que contextos de vulnerabilidade institucional exigem abordagens diferenciadas, não imposição de padrões únicos desconectados de realidades locais.

Implicações práticas apontam para recomendações de política pública: (1) Programas de Formação Docente Inicial com Suporte de Permanência — bolsas para educadores de creches cursarem licenciatura em Pedagogia, reconhecendo barreira financeira que impede profissionais de baixa renda acessarem educação superior. (2) Investimento em Construção e Reforma de Infraestrutura — alocação de recursos federais/estaduais específicos para creches em semiárido, reconhecendo que municípios com bases tributárias precárias não conseguem financiar construções por conta própria. (3) Estruturação de Conselhos de Participação com Poder Deliberativo — reformulação de conselhos escolares para que pais, educadores e comunidade efetivamente participem em decisões sobre qualidade, com poder de bloquear decisões que prejudiquem educação infantil.

As limitações da presente pesquisa incluem: (i) natureza de estudo de síntese (não coleta primária de dados em creches específicas); (ii) base em literatura e documentos normativos, sem entrevistas diretas com educadores, pais ou crianças; (iii) foco em três dimensões deixando outras (currículo, avaliação, relacionamento com saúde) em segundo plano; (iv) contexto específico do semiárido baiano, com generalizações limitadas para outras regiões. Pesquisas futuras deveriam: (a) conduzir estudos de caso em creches específicas documentando dinâmicas das três dimensões; (b) incluir voz de educadores, pais e crianças sobre qualidade; (c) avaliar impacto de políticas de investimento em formação e infraestrutura

através de estudos antes-depois; (d) expandir análise para outras regiões de vulnerabilidade institucional.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

O presente estudo baseou-se em análise de literatura publicada (acessível em bases públicas como Google Scholar, SciELO, Periódicos Capes) e documentos normativos disponibilizados publicamente por MEC (DCNEI, BNCC, Parâmetros Nacionais de Qualidade). Dados demográficos foram obtidos de INEP e IBGE, também de acesso público. O autor declara disponibilidade para compartilhamento de lista completa de fontes consultadas mediante solicitação.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi conduzida sem financiamento de agências federais ou estaduais. O autor não recebeu bolsa, auxílio ou recursos para realização deste trabalho.

CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara não possuir conflito de interesse financeiro, comercial, político ou acadêmico em relação aos resultados e conclusões apresentados. Ressalva-se que o autor é servidor público vinculado à Secretaria Municipal de Educação, circunstância que justifica-se por acesso a documentação municipal e conhecimento de contexto local, mas que pode introduzir perspectiva institucional. A análise foi conduzida buscando rigor crítico independente.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES (CRediT)

Cleiton Miranda Alves: Conceituação (100%); curadoria de dados (100%); análise formal (100%); investigação (100%); metodologia (100%); validação (100%); redação — primeira versão (100%); redação — revisão e edição (100%).

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR

Cleiton Miranda Alves é graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e especialista em Administração e Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua como gestor de educação infantil e coordenador de políticas educacionais na Secretaria Municipal de Educação de Xique-Xique há mais de oito anos, com experiência em planejamento, qualidade em creches, formação docente continuada e gestão de programas de educação infantil em contextos de vulnerabilidade institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006. 2 v.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 57-70, 2008.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. E. D. A. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: ANDRÉ, M. E. D. A. (org.). *Metodologias qualitativas de pesquisa em Educação*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013. p. 29-38.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce (7ª ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

KRAMER, S. Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais. In: RICO, L. G. (org.). *Qualidade na educação infantil*. Campinas: Alínea, 2004. p. 113-160.

OLIVEIRA, Z. M. R. Educação infantil: fundamentos e métodos (7ª ed.). São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ARAÚJO, S. B. Participação das famílias na educação das crianças pequenas. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (org.). *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 161-186.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública (4ª ed.). São Paulo: Cortez, 2015.

SHONKOFF, J. P.; PHILLIPS, D. A. (org.). *From neurons to neighborhoods: the science of early childhood development*. Washington, DC: National Academies Press, 2000.

SHONKOFF, J. P.; GARDNER, A. S. Typology of state policies on early care and education for children under age three. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 15, n. 2, p. 141-165, 2000.

SOUZA, R. C.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Docência na educação infantil: ao abrigo de afetos e saberes. In: MACHADO, M. L. A. (org.). *Encontros e desencontros em educação infantil* (4ª ed.). São Paulo: Cortez, 2017. p. 187-214.

SOUZA, A. S. F. Qualidade na educação infantil: uma abordagem a partir das dimensões pessoal, profissional e institucional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 625-641, 2016.

TARDOS, A. Infância: um período crítico para o desenvolvimento. In: FALK, J. (org.). *Diálogos com Pikler: uma coletânea de artigos*. São Paulo: Editora Omnisciência, 2011. p. 45-62.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALZA, M. A. Didática da educação infantil. Rio de Janeiro: Grupo Gen - Atlas, 2014.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.